Boom Ciberlegislativo - Sequência do keynote do Prof. Joseph Ferreira, MIT
José Magalhães, Deputado, Assembleia da República, Portugal

O professor Ferreira falou sobre mudanças disruptivas.

1. Todos sabemos que muitas disrupções estão a acontecer. Muitas delas não são visíveis e muito profundas. Também é claro que os sistemas políticos não estão bem preparados para enfrentar esses novos desafios. Lembremos o momento da audição de Zuckerberg no Senado que revelou a clara falta de preparação e ciberliteracia de alguns dos membros do Congresso dos Estados Unidos da América.

Mas isso significa que, no futuro, continuaremos a ter legisladores e foras-da-lei ignorantes em geral? Eu não concordo com essa visão das coisas.

Houve momentos em que a visão mais difundida do futuro retratou o ciberespaço como um nirvana sem lei.

Esses tempos acabaram,se é que alguma vez existiram. As leis foram elaboradas e promulgadas em vários países com diferentes sistemas legais, nos dois lados do Atlântico e em muitas outras partes do mundo. Até podemos identificar dois lados da Internet: o democrático de um lado e o autoritário. Isto para não para falar da Dark Web.

Também temos um complexo labirinto de códigos auto-regulação e de co-regulação.

2. Uma rede de normas de natureza tão diferente torna o momento da aplicação um processo complexo e incerto, pois pode envolver uma vasta gama de componentes quando temos ações praticadas quase ao mesmo tempo: um servidor no Canadá, um criminoso em algum lugar do mundo, um ISP em Lisboa, membros de uma associação criminosa em várias outras partes do mundo.

Isso significa que estamos diante de um eclipse da lei, causado pelo poder disruptivo da alta tecnologia alimentada pela boa e velha Internet e pelo poder inovador das grandes plataformas digitais? Ironicamente, os Big5 usam a seu favor a proteção legal concedida pelo direito contratual, direito das patentes, direito autoral etc. Eles também gastam milhões em lobbying, principalmente para evitar a regulamentação a qualquer nível.

A lei também é a razão pela qual grandes empresas fazem grandes negócios, como os que o Facebook fez com a Cambridge Analytica. As cláusulas podem representar violações da lei, mas parecem estar protegidas pela lei de segredos comerciais. Tribunais, comitês parlamentares e forças policiais parecem impotentes para divulgar o que está a acontecer por trás das cortinas tecidas por advogados e outros especialistas em direito.

ISBN: 978-989-98661-3-3

3.Claro que o ecossistema jurídico em que vivemos é insustentável.

É NECESSÁRIO REGULAMENTAR! Mais do que nunca. Cyberlaw, lei digital – chame-se-lhe como se quiser- é necessária
Para combater o cibercrime.
Proteger a propriedade intelectual.
Para proteger os direitos autorais.
Para defender crianças.
regular transações on-line
Proteger os direitos humanos
Para garantir a cibersegurança
(…)
Uma lista interminável…

4. Haverá um Cyberlaw BOOM, não um eclipse.
O boom faz todo o sentido.

A) A auto-regulação claramente não é suficiente e não é apropriada para resolver os problemas complexos que estamos a enfrentar. A experiência única liderada pela Comissão Europeia em 2019, forçando as grandes plataformas a fazer relatórios sobre os resultados da aplicação do código de boas práticas contra a DESINFORMAÇÃO, assinado em outubro de 2018, trouxe evidências claras de maus resultados.

A autorregulação permite que as grandes empresas que assinaram o código de prática saibam tudo sobre o conteúdo que flui nas redes e, para esse fim, contratem milhares de "moderadores", que avaliam e derrubam as postagens. Os Estados nacionais não têm meios para contratar e administrar uma multidão de ciberburocratas, nem seriam compatíveis com nossas regras democráticas. O controle jurisdicional, embora não seja impossível, não é exercido eficazmente.

B) Mesmo um resultado brilhante da autorregulação teria como conseqüência a necessidade de elaborar e aplicar uma grande biblioteca de códigos de práticas para cobrir as diversas áreas que estão em jogo. Muitos códigos seriam necessários. E isso teria burocracia associada ... E um certo grau de supervisão por parte de autoridades públicas, comoo inevitável tempo de preparação (foram necessários dois anos para redigir e assinar o código de boas práticas sobre desinformação).

C) A União Europeia já está a elaborar leis europeias (algumas já vigentes, como o regulamento geral de proteção de dados, o novo código de comunicações eletrônicas e o regulamento sobre terrorismo".

5. Além disso, de repente, aconteceu uma reviravolta surpreendente.
As empresas americanas que criaram um monstro capaz de destruir - e destruir a privacidade em todo o mundo - envolveram-se numa disputa fantástica. Determinar qual delas deveria receber o prêmio por ser a melhor defensora da privacidade, não é fácil.
.

O Vale do Silício tornou-se um lugar onde os CEOs podem ser vistos abertamente a competir para escrever a melhor carta ao Congresso pedindo regulamentação ou escrevendo artigos no Washington Post, explicando por que é urgente concluir essa tarefa e como.

O CEO da Apple, Tim Cook, chamou a privacidade on-line de "crise" numa entrevista à ABC News, reafirmando a posição da empresa em relação à privacidade, já que empresas como Facebook e Google estão sob crescente escrutínio em relação ao tratamento de dados de consumidores.

"*A privacidade em si tornou-se uma crise*". "*É dessa proporção - uma crise.*"
(É claro que, diferentemente de empresas como Google e Facebook, os negócios da Apple não se concentram em publicidade, mas dizer que não se beneficia da coleta de dados seria exagerado!).

Mark Zuckerberg escreveu um artigo no Washington Post onde declarou:
"*Acredito que precisamos de um papel mais ativo para governos e reguladores. Ao atualizar as regras da Internet, podemos preservar o que há de melhor nela - a liberdade de as pessoas se expressarem e de os empreendedores construírem coisas novas - enquanto protegemos a sociedade de danos mais amplos.*

Pelo que aprendi, acredito que precisamos de nova regulamentação em quatro áreas: conteúdo nocivo, integridade eleitoral, privacidade e portabilidade de dados ".

Pois então que comecem os jogos legislativos!

Agora tenho uma pergunta para o professor Ferreira: O que vai acontecer no Congresso agora que os democratas têm maioria na Câmara dos Representantes?

R (JF) - (resumo) É difícil conseguir 60 votos no Senado. E apenas são submetidos a projetos de votação com 50% da bancada. A investigação de Mueller pode trazer informações sobre questões técnicas. E isso pode levar à regulamentação dos dados. Certamente haverá audiências sobre privacidade, a saber.